



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

Revista de Imprensa
02-06-2009

- 1 - Primeiro de Janeiro (O), 02-06-2009, Prejuízos de 575 milhões
- 2 - 24 Horas, 02-06-2009, BPN teve prejuízo de 575 milhões em 2008
- 3 - Diário Económico, 02-06-2009, Caixa já injectou 2,55 mil milhões de liquidez no BPN
- 4 - Jornal de Negócios, 02-06-2009, Estado arrisca perder mais de mil milhões apesar da venda
- 5 - Diário de Notícias, 02-06-2009, CDS acusa Vítor Constâncio de "falha gravíssima"
- 6 - Público, 02-06-2009, O "banco do PSD" (resposta a José Manuel Fernandes)



BPN apresenta resultados relativos ao ano de 2008

Prejuízos de 575 milhões

O BPN apresentou um resultado consolidado negativo de 575 milhões de euros relativo a 2008, ano marcado pela sua nacionalização.

De acordo com os números apresentados pelo administrador Norberto Rosa, em conferência de imprensa, o BPN registou uma quebra de 70 por cento do produto bancário e de 50 por cento da margem financeira.

O prejuízo de 575,2 milhões de euros compara com os cerca de 300 milhões de euros de resultado negativo de 2007.

Entretanto, Francisco Bandeira, presidente do BPN, revelou que a Caixa Geral de Depósitos, que assumiu a gestão do banco, mantém o interesse na compra do activo do BPN.

“Se for o caso de venda, a CGD, que tinha manifestado interesse na compra do activo estará disposta para refazer a sua proposta. O BPN não será vendido a qualquer preço”, disse, acrescentando: “Estamos em condições de actualizar os estudos para ver as melhores hipóteses de desenvolvimento do BPN”. O gestor considerou que no seguimento das declarações do ministro das Finanças, que disse no Parlamento que o Governo privilegiaria a venda do BPN, o mais certo é que o Caixa



BPN. Instituição nacionalizada apresentou ontem resultados de 2008

Banco de Investimento “comece a preparar o caminho para a venda”.

“Há vários interessados, nacionais e internacionais, e se o cenário definido for o da venda, será com certeza um processo transparente, que possibilitará que os interessados se posicionem e que haja uma valorização do activo”, sublinhou.

PRESIDENTE NÃO COMENTA DECISÃO DO GOVERNO

O presidente do BPN evitou comentar a decisão do Governo de não indemnizar a SLN, anterior dona do banco, mas justificou que o banco

tinha capitais próprios negativos de 1,6 mil milhões a 31 de Dezembro de 2008.

“O que sabemos é que a 31 de Dezembro o BPN registava capitais próprios negativos de 1.624,2 milhões de euros”, respondeu Francisco Bandeira, quando questionado sobre o eventual direito da Sociedade de Lusa de Negócios (SLN) receber uma indemnização do Estado devido à nacionalização.

VENDA PARCELAR DE UNIDADES

Francisco Bandeira revelou ainda que o BPN está a proceder à venda

parcelar de unidades do grupo e que já estão em curso os processos de alienação do Banco Efisa, BPN França e BPN Brasil. “Está a decorrer a venda de activos, como o Banco Efisa, o BPN França, o BPN Brasil, tal como do centro hospitalar de Leiria”, referiu Francisco Bandeira. Já quanto à Real Vida, “não foi possível, até ao momento, encontrar interessados”, adiantou o presidente do BPN, acrescentando que “a situação patrimonial [da seguradora] não deixa a cabeça quente”.



**CGD PRETENDE REFAZER
PROPOSTA DE COMPRA**

**BPN apresenta
575 milhões
de prejuízo**

PÁGINA 9

NÚMEROS APRESENTADOS PELO PRESIDENTE FRANCISCO BANDEIRA

BPN teve prejuízo de 575 milhões em 2008

■ TEXTO ■ ANDRÉ CRUZ MARTINS
■ andre.c.martins24horas.com.pt

O BPN (Banco Português de Negócios) teve um resultado negativo de 575 milhões de euros no ano de 2008. De acordo com os números apresentados ontem pelo administrador Norberto Sousa, em conferência de imprensa, a instituição bancária registou uma quebra de 70 por cento do produto bancário e de 50 da margem financeira. O prejuízo deste ano de 2008, marcado pela sua nacionalização, quase dobrou em relação ao ano passado, passando dos 300 milhões de euros para os 575,2.

Francisco Bandeira, presidente do BPN, revelou que a Caixa Geral de Depósitos (CGD) mantém o interesse na compra do activo do BPN. "Se for o caso de venda, a

CGD estará disposta a refazer a sua proposta. Mas garanto que o BPN não será vendido a qualquer preço", assegurou.

Certo é que a CGD já injectou 2,555 milhões de euros no BPN desde a sua nacionalização, que ocorreu no passado mês de Novembro. E até essa altura a CGD tinha fornecido 235 milhões de euros em apoios concedidos ao BPN. Nos dias seguintes injectou mais 315 milhões de euros.

A administração do banco esclareceu que "os apoios se ficaram a dever, sobretudo, à quebra de recursos de clientes, na ordem dos 1,6 mil milhões de euros".

Mas também "à quebra do financiamento concedido por outros bancos, ao apoio aos fundos de investimento, em especial dos

imobiliários".

Francisco Bandeira acrescentou que o BPN tinha capitais próprios negativos de 1,6 mil milhões de euros a 31 de Dezembro de 2008. No entanto, não se quis pronunciar sobre a decisão do Governo de não indemnizar a Sociedade Lusa de Negócios (SNL), anterior dona do banco, que poderia ter direito a receber um montante à luz da lei das nacionalizações.

Processos instaurados

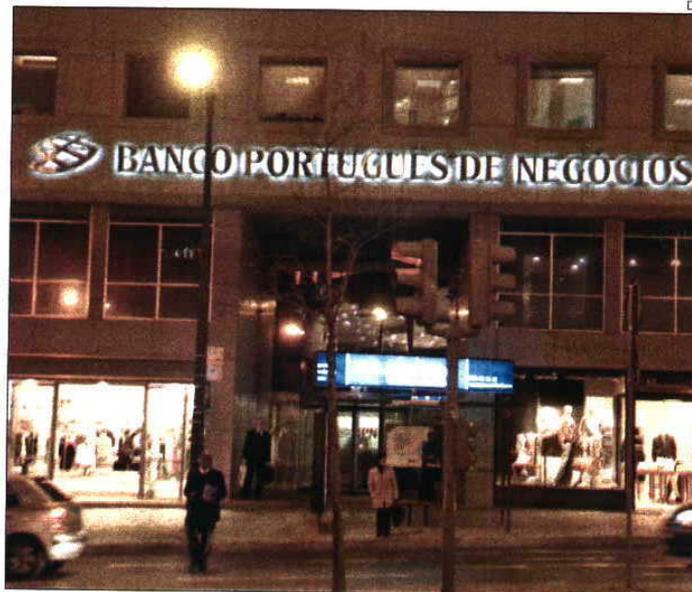
Na última sexta-feira, os accionistas da SNL, reunidos em assembleia geral, consideraram que têm direito a serem ressarcidos pela nacionalização do BPN. Nada de novo, pois há duas semanas a SLN já tinha defendido essa posição. No entanto, Teixeira dos Santos, ministro das Finanças, comunicou ao grupo liderado por Fernando Lima que não deverá haver lugar a uma indemnização.

Entretanto, Francisco Bandeira anunciou também que a actual administração do BPN "já instaurou mais de uma dúzia de processos disciplinares a altos quadros do BPN". E avisou que "outros se vão seguir em breve". No entanto, o presidente da instituição bancária recusou-se a revelar os nomes dos envolvidos.

Foi José Lourenço Soares, um dos sete administradores da equipa liderada por Bandeira, a levantar um pouco a ponta do véu. Mas não muito: "Só podemos dizer que se trata de quadros de topo".

Francisco Bandeira explicou depois estar totalmente seguro das razões que levaram à instauração

O banco registou uma quebra de 70 por cento do produto bancário e de 50 por cento da margem financeira. O presidente do BPN avançou ainda que foram instaurados processos disciplinares a "mais de 12 quadros"



➤ A nova administração do BPN instaurou processos a gestores de topo



MANUEL DE ALMEIDA/LUSA



Francisco Bandeira diz que irá haver mais processos disciplinares a quadros do BPN

dos processos disciplinares, "pois para suspender alguém que trabalha num banco é preciso ter as coisas muito claras".

Este responsável lembrou que na altura em que passou a liderar o banco "não havia um único processo disciplinar instaurado a funcionários". Entre os castigados, "há alguns que estão suspensos disciplinarmente, enquanto outros estão sem atribuição de funções".

Na parte final da conferência de imprensa, Francisco Bandeira revelou que "também está a ser investigado o aumento dos prémios dos administradores do BPN". Sobre Miguel Cadilhe, pouquíssimas palavras. "A sua contratação foi da responsabilidade da SLN", limitou-se a dizer.

Por fim, Francisco Bandeira avançou que o banco está a proceder à venda parcelar de unidades do grupo, como o Banco Efisa, o BPN França e o BPN Brasil. ▽

Voaram quadros no valor de 2,5 milhões

No relatório e contas relativo ao exercício de 2008, a actual administração do Banco Português de Negócios (BPN), numa alínea relativa a activos tangíveis, dá conta que não foi possível localizar quadros cujo valor global supera os 2,5 milhões de euros. "Em 2008, efectuou-se um levantamento da localização de obras de arte registadas pelo banco, não tendo sido possível localizar quadros cujo valor ascende a 2503 milhares de euros", podia ler-se no relatório.

Há cerca de oito meses, Miguel Cadilhe, antigo presidente do BPN, apelidou de "activos extravagantes" as 80 obras de Juan Miró e uma colecção de moeda comemorativas do Mundial de Futebol Euro 2004, que se realizou em Portugal. Nessa data, um dos objectivos da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) era precisamente alienar alguns destes activos para conseguir encaixar 110 milhões de euros. As 80 peças e uma escultura de Miró estavam à data avaliadas em 80 milhões de euros.



BPN tem prejuízo de 575 milhões e processa 12 quadros do banco



Caixa já injectou 2,55 mil milhões de liquidez no BPN

Apoio do banco estatal resultou sobretudo da necessidade de satisfazer levantamentos de depósitos.

Maria Ana Barroso e Sandra Almeida Simões
maria.barroso@economico.pt

A Caixa Geral de Depósitos (CGD) já injectou, até agora, 2,55 mil milhões de euros de liquidez no Banco Português de Negócios (BPN) revelou ontem Francisco Bandeira, actual presidente do banco nacionalizado.

Este número revela um aumento substancial face ao final do ano, altura em que as injeções de liquidez da CGD rondavam os 1,45 mil milhões de euros, número que já tinha sido divulgado. A evolução, entretanto, das necessidades de liquidez do BPN fez com que se ultrapasse os dois mil milhões de euros, montante previsto numa operação de papel comercial do banco, montada no início do ano, para ressarcir a CGD das injeções de liquidez.

"A CGD não perdeu um cêntimo na aplicação dos apoios de tesouraria", garantiu ontem, no entanto, Francisco Bandeira. O vice-presidente do BPN, Norberto Rosa, explicou, por outro lado, que, para além da emissão, se recorreu ao mercado interbancário. E explicou que esta evolução das necessidades de financiamento, desde a nacionalização do banco, em Novembro, resultou sobretudo da redução em 1,6 mil milhões de euros dos recursos de clientes e da necessidade de "apoio à liquidez dos fundos", nomeadamente imobiliários.

Naquela que foi, referiu Bandeira, uma "tarefa árdua, nem sempre facilitada", o resultado revelou um prejuízo que, no final de 2008, atingiu os 575,2 milhões de euros, o que compara com os 295,7 milhões de prejuízo de 2007 (resultado proforma). Os capitais próprios do BPN eram, a 31 de Dezembro, negativos em 1,62 mil milhões e o volume de imparidades de crédito acumulado de 1,47 mil milhões de euros.

As más notícias não se ficam por aqui. A realidade do BPN SA, detectada pela administração, em conjunto com os auditores, obrigou a refazer as contas quer

Procuram-se quadros valiosos

O BPN efectuou, no ano passado, um levantamento da localização de património artístico registado nas contas do banco. Resultado? Não foi "possível localizar quadros cujo valor global ascende a 2,5 milhões de euros".

No relatório e contas de 2008, a actual administração do BPN dá conta, na rubrica imparidades relativas a activos tangíveis, do desaparecimento desse património. "Em 2008, efectuou-se um levantamento da localização de obras de arte registadas pelo banco, não tendo sido possível localizar quadros cujo valor ascende a 2.503 milhares de euros", pode ler-se. Este desconhecimento da localização de obras de arte é divulgado precisamente oito meses após Miguel Cadilhe ter apelidado 80 obras de Juan Miró, uma colecção de moedas comemorativas do campeonato de futebol 'Euro 2004' e uma colecção egípcia de "activos extravagantes". **S.A.S.**

de 2006, quer de 2007, devido à necessidade de registar imparidades em créditos que se provaram fazer parte do banco ou provisões a constituir. Foi identificada a necessidade de reforçar as provisões para crédito em 1,33 mil milhões de euros. A necessidade de reconhecer nas contas o Banco Insular (BI) foi uma das razões para estes ajustes nas contas. Em causa, estão 783,9 e 619,5 milhões de euros de créditos concedidos, afectos ao BI, relativos a 2006 e 2007, respectivamente. E uma insuficiência de provisões de 424,9 milhões, em 2006, e de 491 milhões em 2007. Todos os créditos concedidos foram já integrados no BPN, tendo o BI sido entretanto liquidado pelas autoridades de Cabo Verde.

"O BI era utilizado para conceder os créditos de pior qualidade e para financiar um conjunto de empresas 'offshore', que não eram mais do que centros de custos", explicou Norberto Rosa. A administração do BPN refere que "há sempre a probabilidade de recuperar parte desses créditos".

Proposta reformulada para o futuro entregue para a semana

O estudo entregue ao Estado no início do ano irá ser reformulado e entregue, em princípio no início da próxima semana, numa versão actualizada. Bandeira admitiu que "provavelmente a alienação será um bom caminho" mas nunca a qualquer preço. Se o preço não for satisfatório ou não houver interessados, a CGD, reafirmou, mantém-se disponível. No entanto, garantiu Bandeira, "têm-me sido sinalizados vários interesses; alguns de origem nacional e alguns internacionais".

Bandeira não tem dúvidas de que "quanto mais rápido for o processo melhor". E avança que, "se o acionista concordar, o próximo passo será pôr a Caixa BI a preparar este activo para a venda". O responsável confirmou que outros activos nacionalizados com o BPN estão já em processo de venda, como Efisa, BPN França, BPN Brasil, entre outros. ■



Francisco Bandeira, presidente interino do BPN, ontem à chegada à conferência de imprensa.

O EXERCÍCIO DE 2008 DO BPN, EM NÚMEROS

575 milhões

Foi o prejuízo global do BPN em 2008. Destes, 428,4 milhões foram o prejuízo individual do BPN, 53,3 milhões o resultado negativo da Real Vida e 30,5 milhões o prejuízo do banco de investimento Efisa. Os 575 milhões de euros de prejuízo global contrastam com o resultado negativo de 295,79 milhões de euros, proforma, de 2007.

2,55 mil milhões

Devido à sua débil situação e fuga de recursos, o BPN vive dependente das ajudas de liquidez da Caixa Geral de Depósitos. Esse apoio já ascendeu a 2,55 mil milhões de euros, divulgou ontem Francisco Bandeira, presidente interino da instituição, que garantiu que, no final, esta ajuda não custará "um cêntimo" à CGD.



Paulo Figueiredo

Grupo SLN teve prejuízos em todas as áreas

Relatório e contas da antiga dona do BPN revela muitos problemas para resolver.

A Sociedade Lusa de Negócios (SLN), antiga dona do BPN, não apresentou uma performance positiva em qualquer área de negócio. É esta a realidade revelada pelo relatório e contas de 2008 do grupo, aprovado na assembleia geral de sexta-feira.

Seguros, automóvel, novas tecnologias, agro-alimentar, indústria, saúde e imobiliário. Todos estes negócios registaram prejuízos em 2008, contribuindo para o bolo total. A SLN registou, no ano passado, um prejuízo de 170 milhões de euros.

A área de actividade mais crítica foi mesmo a seguradora, tendo a Real Seguros sozinha apresentado um prejuízo de cerca de 60 milhões de euros. O relatório refere mesmo que as contas da companhia de 2007, actualmente em processo de venda, tiveram de ser corrigidas em 15 milhões de euros, dos nove milhões de lucro para seis milhões de prejuízo. Esta correcção resultou, em grande parte, de um reforço de provisões. "Após uma profunda análise actuarial verificou-se que a companhia estava insuficientemente provisionada", diz o documento. Em resultado, a Real chegou ao final de 2008 com capitais próprios negativos de perto de 15 milhões. Como tinha já avançado o Diário Económico, a seguradora encontra-se financeiramente em risco de insolvência, estando prevista a venda como via para a viabilizar.

A empresa de cimentos CNE é igualmente um dos negócios em situação mais complicada. Chegou ao final do ano com um prejuízo de 14,7 milhões de euros e capitais próprios negativos em 30,6 milhões.

Na área imobiliária, uma das apostas da nova estratégia de Fernando Lima, presidente da SLN (juntamente com a saúde e o automóvel), a situação também não é aparentemente famosa. No total, o prejuízo deste negócio em 2008 foi de 7,4 milhões de euros. A Partinvest Imobiliária, que agrega boa parte dos investimentos do grupo na área imobiliária, registou um prejuízo de 4,56 milhões de euros, face aos 442 mil euros de lucro de 2007.

No negócio automóvel, houve um prejuízo de 6,64 milhões de euros, na área hoteleira de 4,8 milhões, no agro-alimentar (incluindo vinhos) de 2,59 milhões e na saúde de 12 milhões.

A administração da SLN disse já que este e o próximo ano serão exercícios de reestruturação, negociação de dívidas e venda do que fizer sentido. No relatório e contas do grupo é mesmo referido que serão tomadas "medidas de emergência em relação às empresas que se encontram em situação muito delicada ou mesmo irrecuperável".

A SLN lembra que, desde a saída da equipa de gestão de Oliveira Costa, e até agora, "foram sendo detectadas irregularidades ocorridas em exercícios anteriores". E dá o exemplo precisamente do negócio imobiliário em que existem "casos verdadeiramente ruinosos".

Há cerca de 90 'offshores' que pertencem à SLN mas cujo impacto não pôde ser reflectido nas contas.

'Offshores' já detectadas

O trabalho ainda não está concluído mas é já de cerca de 90 sociedades o universo de 'offshores' detectadas no grupo. As empresas "não residentes", cujo número Fernando Lima tinha já adiantado, surgem descritas no relatório e contas da SLN. Muitas destas 'offshores' estão sediadas nos EUA, muitas outras nas ilhas virgens britânicas e, em menor escala, no Belize e Holanda (Amsterdão).

Quase todas estas sociedades, diz ainda o documento, "não dispõem de contabilidade organizada", não tendo até agora sido possível "obter a informação financeira que possibilitasse a elaboração das suas demonstrações financeiras".

Nas reservas às contas é referido que, pelo menos, 2,55% do capital do grupo é detido por estas sociedades, tratando-se, por isso de "acções próprias". ■ **M.A.B.**



-39,8%

Foi a queda das receitas vindas da margem financeira (menos 80 milhões); "em muitas operações de crédito já vencidas, continuavam a ser registados juros", explicou Norberto Rosa; por outro lado, numa desesperada tentativa de obter liquidez, foram praticadas taxas bastante elevadas para tentar captar novas poupanças.

1,6 mil milhões

Desde a nacionalização, os clientes retiraram do banco recursos no valor de 1,6 mil milhões de euros, eventualmente com receio e fugindo para bancos com melhor reputação. Esta "sangria", em apenas sete meses, obrigou a CGD a prestar um apoio suplementar ao BPN.

2,5 milhões

Este é o valor dos quadros que, estando no balanço do BPN, são de paradeiro desconhecido. Tal foi descoberto numa das auditorias feitas recentemente que, dentro dos "activos extravagantes", não conseguiu descobrir onde estão quadros no valor de 2,5 milhões de euros.



BPN já custou 2,5 mil milhões de euros aos cofres da Caixa

As injeções da Caixa no BPN para garantir os depósitos já chegaram aos 2,55 mil milhões de euros, quando no final de 2008 rondavam os 1,4 mil milhões. ➔ **P28**

**BPN E BPP**

Má gestão é o traço que os une

O traço que une o BPN e o BPP é nítido. Ambos precisaram da intervenção do Estado por erros flagrantes de gestão. A situação do BPN foi resolvida com a sua nacionalização, passando o banco a ser gerido pela Caixa Geral de Depósitos. Além disso, o ex-presidente do BPN, Oliveira Costa, encontra-se detido preventivamente, acusado de sete crimes, entres os quais fraude fiscal, burla agravada e abuso de confiança agravado.

No BPP, permanece o limbo. O Governo interveio mas os depositantes continuam sem ter acesso às suas contas. O Banco de Portugal pediu aos accionistas da Privado Holding e à actual administração do banco para reformularem as suas propostas de viabilização do BPP, prolongando a indecisão.

Após esta iniciativa da autoridade de supervisão, liderada por Vítor Constâncio, os clientes ficaram impedidos, até dia 1 de Setembro, de terem acesso ao seu património. Uma situação que, naturalmente, não lhes agrada. Por isso, vão realizar hoje uma manifestação na rua Mouzinho da Silveira, em Lisboa, junto à sede do banco, exigindo uma solução rápida para o banco.

A solução para o BPN surge óbvia. O banco vai ser vendido a uma outra instituição. "Sinto que a alienação será o melhor caminho para o banco", admitiu ontem Francisco Bandeira, o administrador da CGD que preside transitoriamente ao BPN.

Em contrapartida, o futuro do BPP é nebuloso, apesar de o "banco dos ricos" mostrar a sua faceta popular através de manifestações de protesto dos seus clientes, mais habituais em sindicatos. Além disso, a banca comercial, que poderia partilhar entre si os despojos do BPP, parece resistir a este convite. O Governo, como já se percebeu, terá que avançar com dinheiro para assegurar a viabilização do BPP. E o que talvez demore mais tempo é preparar a opinião pública para esta inevitabilidade.

BANCOS NAS MÃOS DO ESTADO

Estado arrisca perder mais de mil milhões apesar da venda



Francisco Bandeira | Desfez as dúvidas sobre o futuro do BPN. "Se o accionista concordar, o próximo passo será à Caixa banco de Investimento que prepare a sua venda"

O BPN teve prejuízos de 575 milhões de euros em 2008, o que aumentou para 1,6 mil milhões as suas insuficiências de capital. Mesmo que venda o banco, cenário que começa a impor-se como consensual, o Estado arrisca perder mais de 500 milhões. A CGD tem a receber mais de 2,5 mil milhões

MARIA JOÃO GAGO mgago@negocios.pt

O Estado arrisca perder mais de mil milhões de euros com a nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN) mesmo que opte por reprivatizar a instituição. De acordo com as contas do BPN ontem apresentadas pela equipa liderada por Francisco Bandeira, também vice-presidente da Caixa Geral de Depósitos, no final do ano passado o banco apresentava capitais próprios negativos de 1,62 mil milhões de euros. Segundo fontes financeiras contactadas pelo **Negócios**, excluindo as imparidades totais da instituição, será difícil encontrar um comprador que esteja disposto a pagar mais de 500 mi-

lhões pelos bons activos do BPN. Pelo que os contribuintes portugueses poderão ter que assumir um buraco de 1,1 mil milhões.

Na apresentação de contas do banco, Bandeira recusou quantificar os custos da nacionalização. Mas garantiu que os gestores do BPN "tudo farão para minimizar esse valor". O presidente do banco garantiu ainda estar "convencido de que o valor será significativamente inferior aos custos que a falência da instituição teria para o sistema financeiro".

Parte do buraco do BPN, agora quantificado em 1,6 mil milhões, será reduzido com a venda de acti-

vos e, muito provavelmente, com a alienação do próprio banco. Bandeira não tem dúvidas de que "a alienação [do BPN] será o melhor caminho" e, "se o accionista Estado concordar, o próximo passo será pedir à Caixa Banco de Investimento que prepare a sua venda".

Antes disso, já na próxima semana, a gestão vai enviar ao ministro das Finanças uma actualização do plano sobre o futuro do BPN. Mas depois de o próprio Fernando Teixeira dos Santos ter assumido que preferia vender o banco, deverá ser esta a solução para a instituição. Em princípio, a reprivatização terá que ser aprovada no

Parlamento, o que pode atrasar o processo. Bandeira admite haver forma de contornar este problema.

Caixa já emprestou 2,55 mil milhões ao BPN

Além do buraco detectado no banco, a solução que vier a ser adoptada para o BPN tem também de resolver a questão dos apoios de liquidez que a Caixa Geral de Depósitos tem dado à instituição. No final da semana passada, os empréstimos da CGD ao BPN ascendiam já a 2,55 mil milhões de euros. Este valor destinou-se a financiar a actividade corrente do banco e também a fazer face aos resgates de de-



do BPN



Pedro Elias

pósitos, mas terá que ser devolvido à Caixa. O regresso deste dinheiro à CGD estará garantido, uma vez que, segundo Bandeira, o grupo público "não perdeu um cêntimo com os apoios de tesouraria" que deu à instituição nacionalizada.

Neste momento, as necessidades de liquidez do BPN "estão a estabilizar", o que faz pressupor que o dinheiro emprestado pela CGD poderá não aumentar muito mais. No entanto, o reembolso deste financiamento só poderá ser feito à medida que os créditos concedidos pelo BPN a terceiro forem sendo liquidados ou se esta carteira for vendida a uma terceira entidade.

De acordo com as contas ontem apresentada pela administração, o BPN registou prejuízos de 575 milhões de euros no ano passado (contra os 295,8 milhões de perdas proforma em 2007), o que elevou a 1,62 mil milhões o valor negativo dos capitais próprios. O agravamento dos prejuízos reflectiu a quebra da margem financeira (menos 40%, para 108,9 milhões), que em parte reflectiu o fim de uma prática antiga de contabilizar juros de créditos já vencidos. Já os custos com pessoal aumentaram 29%, para 132,3 milhões, devido ao pagamento de prémios de gestão e à regularização de pagamentos salariais menos ortodoxos.

IDEIAS-CHAVE

COMO LIMPAR BPN E PREPARAR A VENDA

1 VENDER OPERAÇÕES NO EXTERIOR E EFISA

A actual administração do BPN já tem em curso a venda de activos do BPN, que permitirão reduzir as necessidades de capital da instituição em 50 a 60 milhões de euros. Em causa estão o BPN França, o BPN Brasil, o Banco Efisa e o Centro Hospitalar de Leira. Já o processo de venda da Real Vida, seguradora que a equipa de Miguel Cadilhe chegou a colocar à venda, acabou por ser suspenso, uma vez que "não foi possível encontrar um interessado".

2 RENEGOCIAR CRÉDITOS COM SLN E DO INSULAR

No final do ano passado, o BPN apresentava imparidades de crédito de 1,47 mil milhões de euros, valor que, em parte, poderá ser recuperado, acredita a actual gestão. Para reduzir aquele montante, a gestão tem procurado renegociar os contratos. No caso dos créditos feitos no Insular, integralmente financiados pelo BPN, a gestão diz estar a "conseguir fazer bons acordos" para recuperar créditos ou conseguir garantias reais. As empresas da SLN também representam uma grande fatia do crédito em incumprimento e, neste caso, também há negociações. "Estão a ser negociadas moratórias, reestruturações, alongamentos de prazo, entre outras possibilidades, em total colaboração com a gestão da SLN", sublinhou Bandeira.

3 PROCESSOS E RACIONALIZAÇÃO DE QUADROS

São mais de 12 os processos disciplinares que a gestão de Francisco Bandeira já instaurou a altos quadros do BPN. "E mais vêm a caminho", avisou o gestor. Parte destes colaboradores estão com funções suspensas enquanto outros não têm funções atribuídas. Por outro lado, o BPN tem procurado fazer alguma racionalização do quadro de pessoal, não renovando contratos a termo.

"BdP propôs nacionalização num parágrafo de sete linhas"

Nuno Melo, do CDS-PP, critica BdP por detectar problemas no BPN em 2007 e não ter feito nada

MARIA JOÃO GAGO
mjgago@negocios.pt

"O Banco de Portugal (BdP) propôs a nacionalização do BPN num único parágrafo de sete linhas, o que significa que não fez estimativas dos custos da nacionalização, não orçamentou as despesas para o contribuinte, não tentou calcular o prejuízo do banco, não avaliou o risco sistémico da falência do BPN". A acusação é de Nuno Melo, do CDS-PP, em declarações aos Negócios, a propósito da carta que a entidade de supervisão enviou ao ministro das Finanças a 30 de Outubro de 2008 sugerindo a nacionalização do BPN.

No documento, a que o Negócios teve acesso, o BdP justifica esta proposta com necessidade de proteger "o aforo e a estabilidade do sistema financeiro" que, sublinha, são "valores constitucionalmente tutelados". Na carta, recebida no Terreiro do Paço no mesmo dia em que foi redigida, Vítor Constâncio diz que a "solução de nacionalização" é a única que "parece restar", já que considera "não aceitável" a proposta feita por Miguel Cadilhe.

A apreciação que o BdP faz do "plano Cadilhe" - que propunha que o Estado injectasse 600 milhões de euros no BPN através de acções preferenciais sem voto - também merece críticas do CDS. É que Constâncio diz que "o montante solicitado parece ser exagerado" e que "a proposta não fornece adequadamente as devidas garantias de salvaguardar os interesses dos contribuintes". No entanto, como sublinha Nuno Melo, o buraco do banco é "superior a dois mil milhões".

Mas para o CDS, o aspecto mais grave evidenciado pela carta - que o BdP se recusa a disponibilizar à comissão parlamen-

O Banco de Portugal sabia de faltas graves no BPN desde o início de 2007 e não decidiu nada.

NUNO MELO

Deputado do CDS-PP

tar de inquérito à nacionalização - é o facto de o BdP "reconhecer" que, desde o início de 2007, sabia de "faltas graves" cometidas no BPN. E, mesmo assim, "não decidiu nada ao nível dos poderes de supervisão, como nomear administradores provisórios, impor restrições à concessão de crédito ou solicitar uma auditoria extraordinária", acusa Nuno Melo.

Logo no primeiro parágrafo da carta de Constâncio a Fernando Teixeira dos Santos, o governador do BdP revela que "a inspecção realizada em 2007 encontrou diversos problemas que o BPN não esclareceu devidamente. Os assuntos em causa relacionavam-se, por exemplo, com o cálculo de provisões mínimas, excesso de riscos sobre o grupo e relações creditícias com veículos 'offshore'". Depois disso, o BdP impediu o banco de ir para a bolsa em meados de 2007. Já em Fevereiro de 2008 abriu "o primeiro processo de contra-ordenação", por não ter recebido informações sobre os titulares de vários dos veículos sedeados em paraísos fiscais.

O Negócios contactou o BdP, que não quis pronunciar-se sobre a carta, nem adiantar se este é o único documento que sustenta a proposta de nacionalização. Constâncio vai à comissão de inquérito parlamentar ao BPN na próxima segunda-feira.



Bancos nas mãos do Estado

Banco de Portugal abre a porta à transformação do BPP num banco hospital

Vítor Constâncio prolongou ontem o congelamento das contas no BPP até 1 de Setembro para dar tempo à administração do banco e aos accionistas da Privado Holding de adaptarem as propostas de viabilização da entidade à regulamentação da lei da recapitalização

PEDRO FERREIRA ESTEVES
pesteves@negocios.pt

O Banco de Portugal pediu aos accionistas da Privado Holding (PH) e à administração provisória do Banco Privado Português (BPP) para reformularem as suas propostas de viabilização da instituição à luz da recente regulamentação da lei da recapitalização, apurou o **Negócios**. Foi aliás esta a principal razão para o prolongamento, anunciado ontem, do período de suspensão de pagamentos do banco por 90 dias, o prazo mais longo de todos os congelamentos de contas decididos desde o final do ano passado.

A decisão do regulador significa que, até ao próximo dia 1 de Setembro, os clientes do banco continuarão sem poder aceder ao seu património. Uma condição essencial para que a instituição sobreviva durante o tempo suficiente para a criação de um novo banco, centrado na recuperação de pequenas e médias empresas em dificuldades (banco "hospital").

Recorde-se que na última versão do plano de viabilização do BPP, os accionistas da PH propunham a injeção de capitais num total de 300 milhões de euros, a dividir pelo Estado (150 milhões), pelos accionistas (25 milhões) e por outros bancos (125 milhões). Uma solução a implementar no âmbito da Lei 63-A/2008, de 24 de Novembro, que estabelece as

medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito. Entretanto, foi publicada, no dia 7 de Maio, a regulamentação deste diploma, que define as condições que os bancos devem obedecer para poderem aceder aos capitais públicos.

Entre essas condições, encontram-se a definição clara da estratégia para a utilização do dinheiro público; o reforço de capitais próprios para níveis de solvabilidade nunca inferiores a 8% (rácio Core Tier I); limites na remuneração dos órgãos de administração e fiscalização; assumpção de compromissos no financiamento à economia e adopção de práticas de pedagogia financeira.

Esta decisão surge depois de, na última assembleia-geral da PH, os accionistas terem aprovado de forma unânime o plano para criar o banco "hospital", ao mesmo tempo que aprovaram um voto de desconfiança à anterior administração liderada por João Rendeiro. No mesma ocasião, o administrador executivo da sociedade, João Cotrim Figueiredo, apresentou a demissão. Para o seu lugar foi escolhido, na última semana, Carlos Vasconcelos Cruz, antigo administrador da Portugal Telecom.

Sublinhe-se que qualquer solução para o futuro do BPP depende da "extração" dos produtos de retorno absoluto do seu balanço.

BdP pediu aos accionistas da Privado para reformularem plano de viabilização proposto.

Regulamentação da lei 63-A prevê limites na remuneração da gestão e compromisso de financiar a economia.



"Desilusão" com falta de anúncio pelo

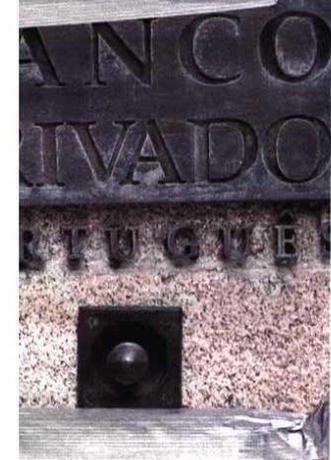
Os clientes do BPP esperavam que o prolongamento do congelamento das suas contas pelo Banco de Portugal fosse

acompanhado por um anúncio do Governo sobre o destino do seu dinheiro. Como tal não aconteceu, ficaram "desiludidos" e ainda



Ricardo Castelo

PN intervenção
P discriminação!



Clientes sem poupança!
Banca sem confiança!

Nós temos razão!
Resolvam a situação!

Nós nunca quisemos risco,
mas fomos metidos nisto!

Governo
mais "ansiosos". Hoje, irão manifestar esses sentimentos junto à sede do banco em Lisboa, a partir das 12h00.

PROTESTO

CLIENTES ADMITEM FICAR POR LISBOA

É uma viagem que teve hora de partida definida, mas em que nem todos sabem a hora do regresso. Cerca de meia centena de clientes do BPP deixou hoje o Porto rumo à sede do banco em Lisboa, depois de terem partido às 7h30 num autocarro alugado para o efeito. O número de clientes a viajar a partir do Norte é superior à meia centena, já que alguns optaram pelas viaturas pessoais. Certo é que parte da comitiva admite permanecer na capital além desta terça-feira.

Ao que o **Negócios** apurou, e na eventualidade de os clientes considerarem que as suas reivindicações não foram devidamente respondidas, está preparado um plano alternativo para o protesto se prolongar pela noite dentro. Caso se confirme este cenário, a camioneta que partiu do Porto vai regressar ao Norte apenas com os clientes de mais idade, com os demais a permanecerem na capital. A logística da viagem já contempla esta hipótese de um protesto mais prolongado.

Além destes clientes que partiram na manhã de hoje do Porto (a concentração teve lugar na sede portuense do BPP), alguns já rumaram para Lisboa nos últimos dias, vindos de vários pontos do país. E a crer nos "e-mails" que foram chegando às redacções, haverá espanhóis no protesto marcado para hoje.

A hipótese de uma acção conjunta em Lisboa foi levantada recentemente após um protesto que teve lugar na sede do Porto do BPP. Então, as instalações portuenses do banco foram "invadidas" por um conjunto de clientes, que levaram a efeito uma acção que durou cerca de 30 horas. Quando decidiram desmobilizar, e depois de uma reunião com representantes do banco, o porta-voz dos clientes, Durval Padrão, anunciou que, a haver mais protestos, seria em Lisboa e não no Porto. Esta acção ficou marcada por uma série de eventos, desde turnos para os clientes que ficaram de noite nas instalações do banco, até peditórios para as pessoas com situação mais delicada, fruto do congelamento do seu dinheiro.

Entretanto, os clientes acabaram por voltar a uma acção nas instalações nortenhas no banco, num protesto que decorreu na semana passada. Esta acção acabou por durar menos tempo (cerca de dez horas) que o anterior. Agora é mesmo a vez de Lisboa. **GO**

ANÁLISE

O ruído da campanha eleitoral na procura da solução perfeita

O ministro de Estado e das Finanças está perante um equilíbrio difícil no caso Banco Privado Português (BPP), em plena campanha eleitoral para as eleições europeias. Uma situação agravada pelo fim do prazo de congelamento das contas – renovado ontem –, pelo vencimento do empréstimo de 450 milhões de euros de seis bancos com aval do Estado e pela aproximação do primeiro juízo eleitoral sobre o Governo.

Teixeira dos Santos já tem nas suas mãos, há alguns dias, as propostas dos reguladores (Banco de Portugal e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários) para a criação de um veículo colectivo que resolva dois problemas de uma vez só: acalmar os clientes que contrataram com o banco produtos de capital e remuneração garantidos; retirar do banco o "buraco" de 500 milhões de euros – perdas dos activos dos produtos de retorno absoluto – que impede a definição de qualquer futuro para a instituição.

Os accionistas também já propuseram a sua estratégia de futuro para o banco, que passa pela criação de uma nova instituição com o objectivo de recuperar empresas em dificuldades. Para tal, só precisam de injeções de capital (públicas e privadas) entre 300 e 350 milhões de euros.

Em teoria, o Governo tem todos os dados para tomar a decisão. Mas, ao mesmo tempo que analisa os cenários das várias propostas e desenvolve contactos com todos os que estão directamente envolvidos no problema, o ministro das Finanças não ignora que qualquer decisão que tome terá repercussões políticas importantes.

Por um lado, os protestos dos clientes do BPP foram

Accionistas,
clientes,
credores,
reguladores
e políticos:
todos à espera
de uma
decisão
das Finanças.

ganhando, nos últimos meses, cada vez mais espaço mediático, sendo já ouvidos fora de Portugal. Por outro lado, o BPP já foi arma de armamento político, com particular destaque para o líder do Bloco de Esquerda, que promete continuar a utilizá-la seja qual for o desfecho do processo. Finalmente, existe alguma pressão por parte dos accionistas no sentido de conseguirem vislumbrar uma luz ao fundo do túnel para os seus investimentos, entretanto pulverizados.

O equilíbrio perfeito passa por resolver os problemas dos clientes, "salvar" a instituição criada por accionistas de relevo, defender-se das críticas da oposição, justificar a utilidade da ajuda do Estado, cumprir as responsabilidades assumidas com os bancos. E tudo, no meio da "gritaria" típica de uma campanha eleitoral. Para tornar o processo mais complexo, cada dia que passa a situação torna-se gradualmente mais insustentável. E, por vezes, uma não decisão é tão ou mais mal vista que uma má decisão. **PFE**

O PLANO

AS DECISÕES NA MESA DO MINISTRO

1 PAPEL DO ESTADO NA SOLUÇÃO PARA CLIENTES
É o ponto chave de todo o plano de saneamento do Banco Privado Português. As propostas dos reguladores apontam para a prestação de uma garantia pública à gestão do veículo colectivo onde serão colocados os activos dos produtos de retorno absoluto, cujas responsabilidades ultrapassam os 1.200 milhões de euros.

2 RECURSO AO SISTEMA DE INDEMNIZAÇÃO A INVESTIDORES
Na sua forma actual, o Sistema de Indemnização a Investidores (SII) só cobre perdas até 25 mil euros e avalia os activos ao preço actual. É necessária uma alteração legislativa que suba o tecto (50 mil euros na proposta dos reguladores) e considere o valor inicial dos investimentos, tendo em conta que foram contratualizados com garantia de capital e juros.

3 GESTÃO DO VEÍCULO POR ENTIDADES EXTERNAS
Após os contactos desenvolvidos pela actual administração do BPP, houve vários interessados na gestão do veículo colectivo a ser criado. Caberá ao Ministério assegurar as condições dessa gestão, tendo em conta as eventuais garantias públicas e o nível de comissionamento.

4 TRANSFORMAÇÃO DO BPP NUM BANCO HOSPITAL
O plano de saneamento e viabilização do Privado proposto pelos accionistas prevê que, depois de extraídas as perdas dos produtos de retorno absoluto – calculadas em mais de 500 milhões de euros –, seja criada uma nova instituição, com marca própria e com a missão de recuperar empresas em dificuldades. Para tal, o Governo terá de decidir o modo de viabilização desse banco "hospital", nomeadamente o recurso à lei de recapitalização de instituições financeiras (que prevê a injeção de capital público).



Governo arrisca perder mil milhões de euros com nacionalização do BPN **1ª Linha 4 a 7**

ID: 25349570

02-06-2009

CDS acusa Vítor Constâncio de "falha gravíssima"

Nuno Melo revelou documento no qual o Banco de Portugal diz que encontrou, em 2007, "diversos problemas" no Banco Português de Negócios. Mas só um ano depois é que interveio

A 30 de Outubro do ano passado, dois dias antes da nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN), o governador do Banco de Portugal (BdP), Vítor Constâncio, defendia a nacionalização da instituição num parecer enviado ao ministro das Finanças, Teixeira dos Santos. O documento foi divulgado por Nuno Melo, cabeça-de-lista do CDS às eleições europeias, que acusa o governador de "falha gravíssima de supervisão". O texto confirma que o BdP estava a par dos graves problemas do BPN já em 2007.

A decisão de nacionalizar o BPN é tomada com base em pou-

cas páginas e, a certo ponto do documento, Vítor Constâncio escreve: "A verdade é que a inspeção realizada em 2007 encontrou diversos problemas que o BPN não esclareceu devidamente".

O gasto de "milhões de euros do contribuinte são decididos num parágrafo", explica Nuno Melo, que representa o seu partido na comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN, que vai ouvir na segunda-feira (dia seguinte às eleições) o governador do Banco de Portugal.

O parecer assinado pelo governador considera que deve ser evitada a falência da instituição devi-

do "às consequências sistémicas" e conclui pela "integração num outro grupo bancário" ou "intervenção por parte do Estado". Na última alínea deste ponto, considera-se que a proposta então apresentada pela administração da SLN (plano Cadilhe) não era adequada: "O montante solicitado parece ser exagerado", escreve Constâncio.

O plano de capitalização de Miguel Cadilhe custava ao Estado 600 milhões de euros e "a proposta de nacionalização tinha custos de 700 milhões mas sabe-se hoje que já vai em 2500 milhões", afirma Nuno Melo. "Bastava que tivessem



Vítor Constâncio está, de novo, debaixo do fogo do CDS

avaliado o buraco do Banco Insular, para perceberem que a proposta de nacionalização não podia ser por aquele valor", diz ainda o candidato do CDS às eleições europeias. "Nós, no CDS, descobrimos em três meses o que hoje se sabe. Então, o Banco de Portugal, com todos os meios técnicos e humanos, não descobre porquê?"

Os centristas querem a demissão de Vítor Constâncio, acusado de "incompetência" no que respeita ao BPN. Para Nuno Melo, este caso equivale a "ter um bombeiro sentado a olhar para uma casa a arder". Segundo o candidato, o "bombeiro" não exerceu nenhum dos seus poderes de supervisão. Constâncio regressa à Comissão Parlamentar de Inquérito na próxima segunda-feira. ■

LUÍS NAVES

O pacto de silêncio não existiria se as pessoas implicadas tivessem outra condição social ou outra conotação partidária

O “banco do PSD” (resposta a José Manuel Fernandes)

O director do PÚBLICO, José Manuel Fernandes, resolveu dedicar-me um acrimonioso editorial, aliás politicamente militante, a pretexto da exigência pública que fiz ao PSD para tomar posição sobre a responsabilidade de conhecidos militantes seus na ruínoza gestão do Banco Português de Negócios (BPN), que tantos danos causou ao país. Segundo o autor, eu teria aberto a “caixa de Pandora do populismo”. A crítica é, porém, infundada, misturando alhos com bugalhos, sendo por isso injustificada a acusação que me é feita.

Deixando de lado o *wishfull thinking* sobre as possíveis consequências eleitorais negativas do meu desafio à liderança do PSD - o que não me apoquentava -, a verdade é que todo o raciocínio assenta numa deliberada confusão sobre o que está em causa. Com efeito, não imputei ao PSD a responsabilidade do “caso BPN”, nem sequer lhe pedi contas sobre ele. Sei bem que nenhum partido pode ser politicamente responsabilizado pela má conduta profissional ou empresarial de militantes seus, salvo quando no exercício ou a coberto de cargos partidários, o que não foi o caso. O que eu disse, e mantenho, é que, tendo em conta a responsabilidade directa de conhecidas figuras gradas do PSD na gestão do BPN e da entidade que o detinha (a SLN), incluindo antigos dirigentes e membros do Governo, o PSD devia emitir a sua opinião política sobre a questão, condená-la e demarcar-se dela, incluindo a censura daqueles. Há silêncios que comprometem. Se se mantiver silencioso, como é que vai poder elidir a alcunha popular do BPN como “o banco do PSD”?

Se os partidos políticos não podem ser responsabilizados pela censurável conduta extrapartidária dos seus militantes, já é exigível que se distanciem dela quando seja especialmente lesiva dos interesses públicos e comprometa politicamente o partido. Desde logo, para defender o seu bom-nome e a sua dignidade institucional. No caso concreto, aliás, como é que o PSD pode manter-se silencioso, quando um dos referidos responsáveis na história do BPN/SLN se sentiu obrigado a renunciar ao cargo de membro do Conselho de Estado, para não continuar a lesar a imagem desse órgão e a embaraçar o Presidente da República? O que comprometia o Conselho de Estado não compromete também o partido de que ele foi dirigente e ministro e de que continua a ser militante eminente? Quantos militantes do PSD se sentem confortáveis com a companhia política dos protagonistas do BPN/SLN?

A gravidade do caso BPN não resulta propriamente das notórias prevaricações financeiras cometidas pela gestão do banco, cujo presidente foi entretanto indiciado por ilícitos criminais e submetido a prisão preventiva. O que é grave é que, independentemente dos ilícitos cometidos



Vital Moreira

e do grau de culpa, a referida gestão provocou prejuízos de tal monta que não se tornam menos graves mesmo que tenham resultado somente de incompetência crassa ou de imprevidência grosseira. Para as centenas de milhares de depositantes que ficariam sem o seu dinheiro se o Estado não tivesse tomado conta do banco, com a sua nacionalização, é indiferente saber se houve responsabilidade penal ou contra-ordenacional. E o mesmo sucede com os contribuintes que vão ter de pagar com os seus impostos os muitos milhões de “buraco” financeiro do banco!

Importa evidentemente recordar que a nacionalização se impôs como resposta para salvar os depósitos em risco, face à ausência de liquidez que o banco revelava e a iminência de uma situação de ruptura de pagamentos que ameaçava não somente o dinheiro dos muitos milhares de depositantes, mas também a própria estabilidade do sistema financeiro nacional num momento particularmente perigoso, que coincidiu com o desencadear da crise financeira global.

Para continuar na sua comprometedora atitude de silêncio sobre a responsabilidade dos seus ex-dirigentes e ex-governantes, o PSD armou-se em vítima de uma acusação infundada, que ninguém lhe fez, tendo para isso contado com a ajuda de muitos defensores oficiais e oficiosos. Mas, para além do desprestígio causado à banca e ao sistema financeiro nacional a nível interno e externo, as vítimas do caso BPN são justamente os contribuintes portugueses que vão ter de suportar com os seus impostos as ruínas aventuras dos aprendizes de banqueiro “laranjas”. É a essas vítimas que o PSD deve uma satisfação, sob a forma de condenação política e de retirada de confiança política dos seus militantes, tanto mais que foi a condição de ex-governantes e de figuras eminentes do partido que lhes proporcionou as condições para montar a operação financeira do SLN/BPN. Como o teriam conseguido, se não fosse esse currículo político?

Uma das mais extravagantes acusações de que fui alvo, por ter levantado publicamente esta questão, consiste em dizer que eu violei uma espécie de pacto interpartidário e mediático de silêncio sobre o assunto. Não tenho nenhuma razão para verificar a existência de tal conspiração de silêncio, expressa ou implícita, embora seja notória, e não precisar de demonstração, a complacência da generalidade dos *media* sobre a condição partidária dos principais responsáveis pelo escândalo do BPN. Do que não tenho, porém, dúvidas é que tal pacto de silêncio não existiria seguramente, ou não seria respeitado, se as pessoas implicadas tivessem outra condição social ou uma diferente conotação partidária. Como disse noutra lugar a este propósito, gente grada da direita é outra coisa...

Já agora, e repetindo o que disse noutra lugar há alguns



O que comprometia o Conselho de Estado não compromete também o partido de que [Dias Loureiro] foi dirigente e ministro e de que continua a ser militante eminente?

meses, também me surpreende a falta de tomada de posição institucional ou individual dos nossos banqueiros tradicionais sobre os escândalos do BPN e do BPP (para não citar outros casos...), que põem em causa a ética e a deontologia do sector. Desde os alvares do capitalismo moderno que a actividade bancária foi caracterizada por exigentes princípios de ética profissional, até por lidar com dinheiros alheios e se basear na confiança dos clientes e dos pares. Não se compreende que os banqueiros que prezam a deontologia própria da actividade e o bom-nome da profissão se mantenham silenciosos perante tão flagrantes violações dos mais elementares requisitos de responsabilidade profissional por parte do arrivismo lampeiro de ex-políticos à procura de enriquecimento fácil e de subida rápida na escala do prestígio social. Ai das profissões que não cuidam do seu bom-nome e da sua reputação!

Seja como for, não me conformo com tabus nem com pactos de silêncio nestas matérias, quando lesam valores patrimoniais e interesses públicos com a importância deste caso. Para além de não ter as inibições próprias da filiação partidária, tenho no meu currículo muitos anos de denúncia e de combate aos interesses instalados, económicos e políticos, e aos acordos implícitos de não hostilidade que eles estabelecem entre si ou com os partidos políticos. Não vou mudar de atitude. *Professor universitário. Candidato independente pelo Partido Socialista às eleições para o Parlamento Europeu*